

O êxito de Sarney

PEDRO DO COUTTO

O extraordinário e inegável apolo popular obtido pelo presidente Sarney em consequência das medidas que estabeleceu, ao promover uma profunda reforma monetária, econômica, financeira e salarial, foi além da expectativa, sem dúvida. O próprio Presidente não esperava tanto em matéria de repercussão favorável. O congelamento dos preços e a redução progressiva de compromissos mensais a vencer superaram, junto à opinião pública, os efeitos da redução salarial que ocorreu. Tecnicamente, é de se esperar que preços e salários, em determinado momento, se encontrem com os vetores da nova política de contenção do processo inflacionário, de modo a que os cinquenta milhões de trabalhadores que formam a mão-de-obra ativa do País possam partir em busca do tempo perdido, aquele do governo Figueiredo, quando, em face da política do ex-ministro Delfim Netto, tiveram seus salários fortemente reduzidos.

Há vários aspectos a considerar dentro de uma análise serena da reforma colocada em prática. Em primeiro lugar, se o programa do Governo Sarney der certo — e todos devemos esperar que sim —, as teorias econômicas há muitos anos defendidas por economistas de extraordinária cultura, como Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, cairão por terra. Claro, Campos e Simonsen jamais atribuíram qualquer importância ao caráter especulativo contido no processo inflacionário. Para eles, industriais e comerciantes jogarem preços para cima era ape-

nas uma consequência do deficit público, do desequilíbrio das contas do Tesouro, da dívida externa, dos subsídios às importações de petróleo e trigo. Outro tema sempre por eles ressaltado: o da expansão dos meios de pagamento. Analisaram permanentemente as raízes do processo inflacionário, não os efeitos de ponta. Até o momento, a nova política econômica parece dar certo, embora alguns ângulos da questão devam ser analisados detidamente. Se ela se mantiver certa, é porque as causas essenciais da inflação encontravam-se na ação profundamente especulativa e anti-social contidas nas engrenagens acionadas pelos empresários e não nas engrenagens manipuladas pelo Governo.

A inflação, então, não seria inercial, ou de demanda, ou inflação morta, a que certa vez aludiu o ex-ministro Delfim Netto, ao procurar justificar o fracasso de sua política econômica logo aos primeiros anos do governo Figueiredo. A inflação seria percentualmente muito mais decorrência da ganância desvalrada, da especulação cotidiana, do que reflexo de qualquer outra teoria projetada na prática. Mas esta é outra questão.

Hoje, o essencial é que a opinião pública está praticamente com firmeza, ao lado do presidente Sarney, na luta pelo congelamento de preços. E está participando porque psicologicamente a expressão congelamento de preços é mágica. Algo com que a sociedade sempre so-



nhou. Algo, portanto, capaz de mobilizá-la para um combate que, não se tenha dúvida, vai-se estender no tempo. O comércio do setor de alimentos, principalmente este, joga com o cansaço da sociedade ao longo das semanas e dos meses para então voltar a forçar as pontas dos preços. E claro que irá agir assim. Esta é a sua estratégia lógica. Hoje, está na defensiva. Mas joga com o fator da saturação, que sempre sucede às novidades. Por isso é preciso que o Governo mantenha a opinião pública a seu lado, motivada e mobilizada, pois é sabido que a máquina administrativa do Serviço Público não possui capacidade de exercer a fiscalização que as donas-de-casa, por exemplo, conseguem fazer.

Mas para que a sociedade, portanto os que vivem de salários, possa manter-se firme nessa posição, haverá necessidade de reparos salariais capazes de compensar as perdas sofridas. Discutir-se a base do tema picos de preços e salários é colocar a questão de modo artificial e irreal. Não se po-

de dizer, apenas, que os preços foram congelados no pico e os salários, ao contrário, na média aritmética dos últimos seis meses. O fato dominante em tal confronto não é esse. O fato dominante é que em relação aos preços, nesses mesmos seis meses, os reajustes incidiram sobre os seus montantes. Portanto no período setembro a março, para citar o que no momento está em causa para pelo menos um sexto dos trabalhadores do País, pois os reajustes eram semestrais, o cálculo dos montantes, como era natural, funcionou nos preços. Mas não funcionou nos salários, agora reajustados pela média aritmética, o que elimina a inclusão dos montantes. Cálculos dos montantes que foi adotado, por exemplo, nas correções das cadernetas de poupança no mesmo período. E também nos juros bancários.

Esse é um ponto ao qual o Governo deve dar atenção. Sobretudo porque empatar o jogo não serve. Empatar o jogo significa conservar. E conservar representa não desacomular a enorme dívida social que o próprio Presidente da República deseja enfrentar e diluir com uma política de investimentos sociais como nunca se fez no Brasil. Mas, para isso, é preciso distribuir a renda. O que depende de se promover a valorização do trabalho humano, e isso, por sua vez, só alcançará quando os salários puderem subir pelo menos um mínimo que seja acima da inflação, de forma progressiva e ininterrupta. Porque o capital já está consolidado. E o trabalho precisa se consolidar de forma humana, portanto cristã.